



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO PETIÇÃO N.º 508/XIII/3.ª

XIII LEGISLATURA 3.ª Sessão Legislativa

Dia: [16 de outubro de 2018](#)

Hora: 15h15

Sala: 9

Assunto: Solicitam a realização de obras no IP8/A26, no aeroporto de Beja, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca - Beja - Funcheira e melhores serviços de saúde.

Peticionantes:

- Florival Baiôa Monteiro
- Bruno Ferreira
- Élio Bernardino

Deputados presentes: Relator Pedro Mota Soares (CDS-PP), Pedro Carmo (PS), Ernesto Ferraz (BE), Heitor de Sousa (BE) e João Dias (PCP).

O Deputado Relator Pedro Mota Soares (CDS-PP) enquadrou a audição no âmbito da apreciação da Petição e fez três notas introdutórias:

- todas as questões solicitadas na petição, designadamente a realização de obras no IP8, na A26, no aeroporto de Beja, a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca - Beja - Funcheira e melhores serviços de saúde, foram dirigidas ao governo com o intuito de obter conhecimento das suas intenções sobre estas, aguardando resposta;
- existe um conjunto de matérias conexas às questões apresentadas, já discutidas na A.R., nomeadamente os Projeto de Resolução n.os 1763/XIII/3.ª (PCP), 741/XIII/2.ª (PSD), 431/XIII/1.ª(PCP), 426/XIII/1.ª(PCP);
- A Plataforma Alentejo solicitou uma audiência à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, que já foi aprovada.

Salientou que as mencionadas notas não fazem desaparecer o objeto da Petição.

Exposição apresentada:

O Peticionante Florival Baiôa Monteiro, do Movimento Beja Merece +, descreveu a falta de acessibilidade ao Baixo Alentejo e Beja, nomeadamente:

- os péssimos transportes ferroviários;

- encerrada parte da ligação ferroviária ao Algarve (Beja-Funcheira);
- encontram-se 12km da A26 concluídos, mas espera-se a abertura da via à cerca de um ano;
- o aeroporto apresenta ótimas condições de infraestrutura, contudo sem utilização por falta de acessibilidades.

Relativamente à saúde, salientou que Beja é a única capital de distrito sem aparelho de ressonância magnética, regista a falta de especialidades hospitalares e o défice de médicos com previsão de degradação por motivos de aposentação. Considerou que a opção de utilização dos recursos clínicos do Hospital de Évora tem como implicação o aumento da distância a percorrer pelos habitantes do distrito.

Referiu que não ocorre uma política virada para o interior, considera existir um enorme esforço para desenvolver a agroindústria, mas que concorre com um desinvestimento público do interior.

O Peticionante Bruno Ferreira salientou a expressividade do número de subscritores da Petição, cerca de 20% da população do Baixo Alentejo. Mencionou que as empresas querem ir para a região, demonstram que é possível, contudo não há alternativas rodoviárias nem ferroviárias. A nível rodoviário referiu a perigosidade do IP8, o qual regista um elevado índice de acidentes rodoviários observando-se um sinal de perigo de 500 em 500 metros, fez menção que a ponte da Ribeira do Sado só tem um sentido, enquanto existem 12km da A26 já concluídos em paralelo à ponte que apenas aguarda a colocação de um pórtico para a sua abertura. Salientou o elevado volume de trânsito no IP8 resultante do transporte de passageiros, de doentes e de pesados que escoam a enorme produção proporcionada pelo Alqueva. Relativamente ao aeroporto de Beja exprimiu que este só faz sentido com a ligação rodoviária e ferroviária em funcionamento. Concluiu com a necessidade da A26 ficar finalizada.

Usaram da palavra os Deputados:

- Pedro Carmo (PS)

- considerou as reivindicações dos peticionários legítimas e justas;
- referiu que as audições de peticionários são complementares e reforçam a posição e a voz dos deputados na A.R.;
- sublinhou que o interior do país sofreu o abandono, nomeadamente na redução do investimento público e na privatização de serviços;
- salientou os bons investimentos públicos realizados, designadamente o Alqueva e a produção de frutos vermelhos em Odemira, contudo referiu a falta de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias que possam acompanhar esses investimentos;
- notou o excesso de transporte rodoviário e explicou os problemas ambientais e de segurança rodoviária;

- defendeu que a saúde deve ser racionalizada, aproveitando as unidades hospitalares já existentes e respetivas valências, o que exige redirecionar doentes;
- considerou a necessidade de um amplo consenso parlamentar relativo ao plano nacional de investimentos na ferrovia, contudo gostaria de saber a calendarização dos investimentos para as populações terem expectativas credíveis;
- Terminou evidenciando o problema do défice populacional, os bons investimentos realizados (Alqueva) e com a pretensão que a região não fique para trás.

- o Heitor de Sousa (BE)

- cumprimentou os Peticionantes e valorizou o esforço na recolha de um número significativo de assinaturas;
- elucidou que as necessidades apresentadas acerca da ferrovia, A26 e aeroporto de Beja não estão no caderno de encargos do governo e como tal não vão ser resolvidas, salientando os pontos seguintes:
 - relativo à A26, só está concretizado um troço de 12km, em que o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas afirma que a obra não pode avançar pela falta de visto do Tribunal de Contas, sendo a componente administrativa e política que impede que seja construída;
 - acerca do IP8, está aprovado no plano nacional rodoviário de 2002, existe um compromisso político por parte de todos os governos, contudo não é construído;
 - a eletrificação do troço ferroviário Casa Branca-Beja não faz parte do plano ferrovia2020;
 - o aeroporto de Beja apresenta a linha ferroviária paralela à pista do aeroporto, todavia não se regista vontade política em ligar as duas infraestruturas.

- o João Dias (PCP)

- saudou os Peticionantes e o seu esforço meritório realizado pelo Baixo Alentejo;
- referiu que sobre cada um dos temas apresentados pelo movimento, o GP PCP apresentou Projetos de Resolução, nem todos aprovados;
- expôs a necessidade de concretização das obras no IP8, contudo não deve ser sobre a forma de autoestrada para não limitar o acesso à população e não encarecer o custo de construção;
- defendeu que o troço da A26 já construído não deve ter portagens e que gostaria de saber o valor das indemnizações pagas ou a pagar com a suspensão do contrato;
- salientou que não se deve racionalizar a saúde mas sim dar respostas efetivas às populações, considerou estar previsto no Fundo Social Europeu a construção do hospital central para o Alentejo, mas não está previsto no plano nacional de investimentos.

- Relator Pedro Mota Soares (CDS-PP)
- enalteceu a forte representação da população do distrito de Beja na petição apresentada e a necessidade de não desiludir;
- referiu que foi possível antecipar a conclusão das obras no Alqueva em 10 anos, mesmo no período da Troika, possibilitando o aumento de produtividade na região;
- estranhou o investimento público em 2017 ser o mais baixo desde 1995;
- defendeu que não foi por falta de instrumentos financeiros que os investimentos não se concretizam, mas sim por falta de vontade política.

Em resposta interveio o peticionante Élio Bernardino:

- demonstrou ter expectativas muito baixas, porque tudo o que foi referido não consta no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território apresentado em consulta pública (2018);
- referiu não existir um esquema de coerência territorial para a Região do Alentejo;
- salientou o problema da emergência médica decorrente do tempo-distância na evacuação de doentes, a que acresce o problema da transferência de doentes (hospital de Beja procura corporações de bombeiros para transferir doentes para Lisboa) o que não faz sentido em termos de custo;
- notou o fluxo de carga elevado em modo rodoviário, decorrente do Alqueva, de Odemira, do Litoral Alentejano, das minas, de Sines e a suspensão do Plano Rodoviário 2000;
- sublinhou o piso em mau estado no IP8 para o transporte de doentes e o elevado índice de acidentes rodoviários;
- demonstrou que a pretensão de eletrificação da linha ferroviária permitiria aproximar a região a Lisboa e a Faro;
- defendeu que fosse ponderado no estudo do novo aeroporto Portela-Montijo a utilização do aeroporto de Beja.

Por fim, os peticionários disponibilizaram um [documento](#) e ofereceram um livro.

Concluiu o Deputado Relator, dando indicação de uma linha aberta para receber propostas por parte dos cidadãos relativas ao próximo quadro comunitário na plataforma eletrónica do Parlamento, agradeceu a presença e a documentação disponibilizada.

Palácio de São Bento, em 16 de outubro de 2018

O Assessor da Comissão

(Luís Marques)